

# Nota Técnica

## DESPESAS COM PESSOAL ATIVO NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA (2002-2020)

Nº 58

---

**Diest**

Diretoria de Estudos e Políticas do  
Estado, das Instituições e da Democracia

Gabriel Junqueira

Rodrigo Orair

Agosto de 2022



## Governo Federal

### Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

# ipea

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidente

Erik Alencar de Figueiredo

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional

André Sampaio Zuvanov

#### Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flavio Lyrio Carneiro

#### Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Junior

#### Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

João Maria de Oliveira

#### Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

#### Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Paulo de Andrade Jacinto

#### Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

#### EQUIPE TÉCNICA

##### Gabriel Junqueira

Auditor federal de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).  
E-mail: <gabrielgj@gmail.com>.

##### Rodrigo Orair

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). E-mail: <rodrigo.orair@ipea.gov.br>.

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest58>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.  
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	5
2 FONTES DE DADOS DAS DESPESAS COM PESSOAL DO GOVERNO GERAL .....	5
3 DESPESAS COM PESSOAL ATIVO NAS TRÊS ESFERAS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA .....	6
4 CONCLUSÃO .....	9
REFERÊNCIAS .....	10



## 1 INTRODUÇÃO

As despesas com funcionalismo são objeto de grande atenção em finanças públicas, e despertam fortes controvérsias. Visões muito distintas a respeito da importância desses gastos para a sociedade e seus impactos sobre os resultados fiscais se somam a diferenças nas metodologias e indicadores, gerando confusão a respeito da realidade. Mesmo o debate acerca do nível e da trajetória dos gastos com servidores ativos, relativamente simples e objetivo, se torna de difícil compreensão diante da existência de interpretações tão díspares no debate público. A mais recente proposta de Reforma Administrativa (Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 32/2020)<sup>1</sup> apresentou a afirmação alarmista de que o país enfrenta “o desafio de evitar um duplo colapso: na prestação de serviços para a população e no orçamento público”. Estudos que identificam risco significativo e defendem ampla redução de salários reais e empregos públicos<sup>2</sup> se fundamentam em dados que incluem ativos e inativos, e não contemplam as três esferas de governo em metodologia consistente. Por outro lado, os mesmos trabalhos apresentam estatísticas que evidenciam estabilidade das despesas como proporção do produto interno bruto (PIB) nos governos estaduais e no governo central, e crescimento moderado no caso dos governos municipais.

Esta Nota Técnica (NT) tem como objetivo contribuir com este debate, ao explicitar a real situação das despesas com pessoal ativo nas três esferas da Federação brasileira, e avaliar se há evidências de que representam risco para as finanças públicas. Para tanto, busca inicialmente apontar a série mais adequada e consistente para a análise da questão. Em seguida, é feita uma descrição desses dados por esfera da Federação, em termos reais e como proporção do PIB e da receita primária disponível. Por fim, a conclusão resume os principais achados obtidos a partir da observação da série.

## 2 FONTES DE DADOS DAS DESPESAS COM PESSOAL DO GOVERNO GERAL

Dada a existência de variedade de bases e indicadores relativos a despesas com pessoal, é importante explicitar as diferentes metodologias e conceitos a que se referem. Esta seção explora as fontes que disponibilizam estatísticas fiscais acima da linha do governo geral – isto é, do conjunto das três esferas da administração pública brasileira: i) o Balanço do Setor Público Nacional (BSPN); ii) as Estatísticas Fiscais do Governo Geral (EFGG); e iii) Gobetti e Orair (2017).

O BSPN (STN, 2021b), com série disponível para o período 2000-2020, segue a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),<sup>3</sup> que apresenta o conceito “pessoal e encargos sociais”. Este corresponde aos fluxos de execução orçamentária registrados no Grupo de Natureza de Despesa (GND) 1, que agrega despesas com servidores ativos, inativos e contribuições sociais patronais. Por outro lado, deixa de considerar outros gastos de caráter remuneratório sob uma ótica econômica, classificados no GND 3 (Outras Despesas Correntes), como os auxílios para alimentação e transporte, despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores, entre outros. Além disso, alguns desafios se colocam para o uso desta base na análise do nível e da trajetória das despesas com pessoal. Em primeiro lugar, a proporção do universo de estados, Distrito Federal e municípios que compõe esta publicação varia ao longo do tempo. Ademais, vale mencionar que, uma vez que a base é construída a partir da declaração dos entes subnacionais, esses dados estão sujeitos a registros em desacordo com os princípios metodológicos da contabilidade pública brasileira, por vezes associados a estratégias para o cumprimento dos limites legais da LRF. Assim, mesmo os dados registrados pelos entes subnacionais no GND 1 podem estar subestimados, em alguns casos.

As EFGG (STN, 2021a) abrangem o período 2010-2020, e se baseiam na metodologia do *Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014* (IMF, 2014),<sup>4</sup> que estabelece o conceito “remunerações de empregados”, composto por dois itens: salários e vencimentos; e contribuições sociais. O primeiro se refere ao pagamento efetuado pelos governos a seus empregados em troca do trabalho realizado, e deve incluir bônus por resultados, adicionais especiais (por trabalho noturno ou perigoso, por exemplo) e pagamentos suplementares regulares (como auxílios para moradia, transporte etc.). As contribuições sociais, diferentemente, são dispêndios públicos em sistemas de seguridades social, fundos previdenciários relacionados ao emprego público e outros sistemas de seguro social relacionados ao emprego, que garantem aos seus empregados direitos de receber pagamentos futuros na forma de aposentadorias, pensões e/ou outros benefícios sociais.

1. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ox8n3e>>.

2. Como Banco Mundial (2019) e Karpowicz e Soto (2018), por exemplo.

3. A publicação do BSPN é uma determinação da Lei Complementar (LC) nº 101/2000, e, até o exercício de 2009, os dados eram divulgados na publicação *Consolidação das contas públicas*. Para a compilação desta base, a STN utiliza as Declarações de Contas Anuais (DCA), elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, a LRF e o *Manual de contabilidade aplicada ao setor público* (MCASP).

4. *Government finance statistics manual 2014* (IMF, 2014), harmonizado com o Sistema de Contas Nacionais de 2008 (ONU, 2009). Seu objetivo central é compilar agregados sob a ótica econômica, que permitam a comparação entre países, e uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e macroeconômicas. As principais fontes primárias são o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para o governo central, as Declarações de Contas Anuais (DCA), para os entes subnacionais e, mais recentemente, a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), no caso dos governos estaduais.

No caso das contribuições sociais de empregadores, pagas pelos governos a seus funcionários, a metodologia estabelece que os fluxos devem ser registrados e não consolidados, mesmo que destinados a fundos de previdência públicos já contidos na abrangência dos governos, como os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). Assim, as EFGG brasileiras incluem fluxos intraorçamentários no item relativo às contribuições sociais de empregadores. Além disso, o padrão metodológico orienta a inclusão de contribuições de empregadores imputadas, com o objetivo de mensurar o custo previdenciário pelo regime de competência.<sup>5</sup> No Brasil, as EFGG incluem *proxy* que estima essa imputação para o governo central.

Gobetti e Orair (2017) estimam as despesas do governo geral para o período 2002-2015, realizando esforço intenso para superar os principais desafios nas fontes primárias e adequar sua série ao arcabouço metodológico do *Manual de estatísticas de finanças públicas 2014*. Desse modo, disponibilizam séries de remunerações de empregados, salários e vencimentos, e contribuições sociais. Por outro lado, não incluem as contribuições intraorçamentárias e as imputadas no cômputo das contribuições sociais, pois consideram que trazem mais complexidade do que benefícios para a análise.<sup>6</sup>

Nesse contexto, e considerando-se que esta NT se concentra sobre os gastos efetivamente realizados com pessoal ativo, o indicador salários e vencimentos constitui a variável de maior interesse, uma vez que se refere aos gastos diretamente relacionados à provisão de serviços públicos e à manutenção da Administração. Mesmo as contribuições sociais efetivas, destinadas a entidades fechadas de previdência, por exemplo, são desconsideradas, por estarem relacionadas mais diretamente à política previdenciária dos servidores.<sup>7</sup> Além disso, dadas as convergências metodológicas, é possível unir os dados das EFGG (2021) e de Gobetti e Orair (2017) para a obtenção de série histórica mais abrangente.

### 3 DESPESAS COM PESSOAL ATIVO NAS TRÊS ESFERAS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

Esta seção apresenta a evolução dos salários e vencimentos entre 2002 e 2020, a partir do encadeamento das séries de Gobetti e Orair (2017), para os anos de 2002 a 2009, e da EFGG (STN, 2021a), para o período 2010-2020. É preciso reconhecer que o horizonte temporal do trabalho fica restrito à disponibilidade de dados, o que pode representar limitações às conclusões. A base de 2002, por exemplo, pode constituir o ponto mais baixo de uma série temporal mais longa, influenciando o diagnóstico da trajetória dos gastos.

#### 3.1 Crescimento real dos gastos com pessoal

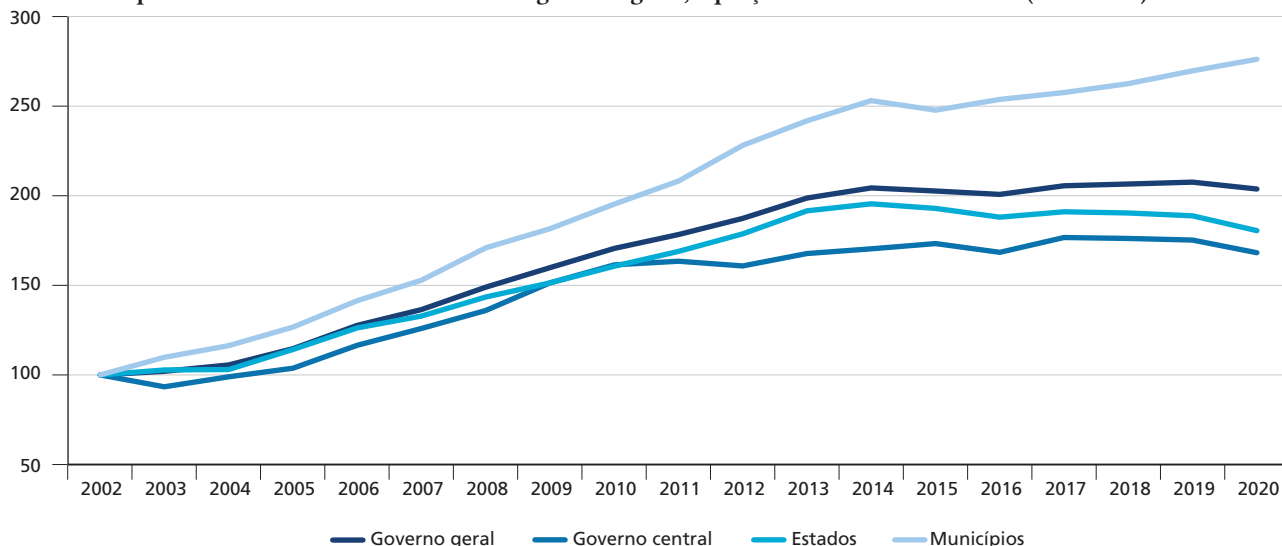
Os dados das despesas, em termos reais, não apresentam evidência de crescimento inercial ou descontrolado, que represente risco às finanças públicas. Após um período de crescimento real na primeira década dos anos 2000, o governo central e os estaduais registram estabilidade (ou até redução real) no patamar dos gastos a partir de 2013, e somente os municípios mantêm trajetória ascendente desde então. Também é difícil argumentar que constituíram restrição à execução de serviços públicos, pois os dados deixam claro que o maior crescimento real das despesas ocorreu na esfera local, justamente a principal responsável pela execução de serviços diretos à população, como educação e saúde básicas, por exemplo. Nesses casos, parece difícil imaginar que tais serviços possam ser prestados sem pessoal na quantidade adequada e com remuneração compatível com as responsabilidades.

5. No regime de caixa, as despesas são registradas nas estatísticas fiscais quando efetivamente ocorre um pagamento ou recebimento, ou seja, um fluxo de caixa. No regime de competência, as despesas e receitas são apropriadas no momento de seu fato gerador, isto é, quando a transação econômica é realizada, independentemente da efetivação de pagamentos ou recebimentos. No caso da previdência dos servidores federais de benefício definido (RPPS), o direito à aposentadoria é adquirido ao longo do tempo de serviço. Assim, mesmo que as contribuições não sejam efetivamente pagas, o passivo do governo com os trabalhadores é criado, e esta transação deve ser imputada como despesa de contribuição social. Para uma discussão aprofundada da metodologia de registro previdenciário dos empregados públicos, ver IMF (2014).

6. Para uma discussão detalhada sobre este ponto, ver Pires, Orair e Gobetti (2021).

7. Não se pretende argumentar, com isso, que as contribuições sociais do empregador sejam irrelevantes do ponto de vista fiscal, ou no que se refere ao custo do trabalho no serviço público, ou ainda que estejam erradas do ponto de vista conceitual e metodológico. Busca-se somente destacar que devem ser tratadas de forma separada e com cautela, considerando-se as dificuldades técnicas e as especificidades e complexidade do tema. Ademais, é importante destacar que as EFGG possibilitam a obtenção destes indicadores com facilidade, tendo em vista que apresentam, de forma amigável aos usuários, tabelas com os detalhamentos necessários para que cada analista utilize o conceito que considere mais apropriado a seu escopo de estudo.

GRÁFICO 1

Despesas com salários e vencimentos do governo geral, a preços de 2020 – IPCA/IBGE (2002-2020)<sup>1</sup>

Fontes: Gobetti e Orair (2017), STN (2021a) e IBGE (2022). Disponível em: <<https://bit.ly/3nsOuhG>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Nota: <sup>1</sup> Índice base 100 = 2002.

Com o auxílio da tabela 1, fica claro que tais comportamentos são distintos de acordo com a esfera da Federação e o período considerado. Somente nos governos locais houve aumento desses gastos em todos os recortes temporais. Em termos gerais, vale destacar ainda que, no conjunto das administrações públicas, de 2002 a 2014 houve crescimento real anual, e que desde 2015 são registradas taxas negativas ou baixas.

TABELA 1

Crescimento real anual médio das despesas com salários e vencimentos, por esfera de governo – atualizados pelo IPCA/IBGE (2002-2020)

(Em %)

	2002-2006	2006-2010	2010-2014	2014-2016	2016-2018	2018-2020
Governo geral	6,3	7,5	4,6	-0,9	1,4	-0,7
Governo central	3,9	8,5	1,4	-0,6	2,3	-2,3
Estados	6,0	6,2	5,0	-1,9	0,6	-2,6
Municípios	9,0	8,4	6,7	0,1	1,7	2,6

Fonte: Gobetti e Orair (2017) e STN (2021a).

### 3.2 Despesas de pessoal em relação ao PIB

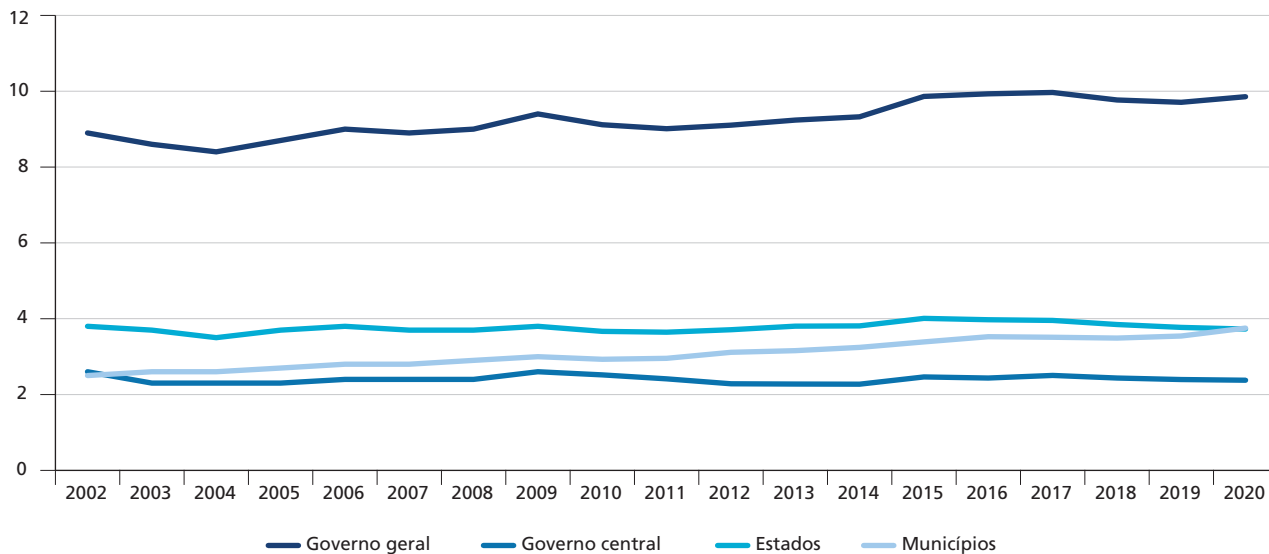
Esses dados apontam para um crescimento modesto nas despesas do governo geral de 0,96% do PIB no período de dezenove anos coberto pela série, o que, em hipótese alguma, caracteriza trajetória descontrolada ou explosiva, que apresente risco de colapso aos orçamentos públicos, ou que constitua forte constrangimento à realização de outros tipos de despesas.

É interessante notar que essa trajetória não se deu de forma linear, com aumentos contínuos dos gastos com funcionalismo ativo em relação ao PIB. Ao contrário, seu crescimento, mesmo que modesto, sempre foi sucedido de períodos de queda e/ou estabilidade da relação salários/PIB. Além disso, vale ressaltar a relativa estabilidade do gasto após 2014, mesmo diante da crise econômica. Isto é, apesar do efeito da queda do PIB sobre o denominador desta razão, o indicador não apresentou trajetória ascendente nos anos seguintes. Isto indica que os dados não trazem evidências de crescimento inercial ou descontrole nessas despesas, e que sua trajetória foi compatível com a evolução do crescimento da economia brasileira.

GRÁFICO 2

**Despesas com salários e vencimentos do governo geral (2002-2020)**

(Em % do PIB)



Fontes: Gobetti e Orair (2017), STN (2021a), IBGE (2022). Disponível em: <<https://bit.ly/3nsOuhG>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Quando observamos os resultados por esfera da Federação, percebe-se que o governo central registrou decréscimo do gasto com salários e vencimentos como proporção do PIB, de 2,6%, em 2002, para 2,4% em 2020. No caso dos governos estaduais, após um período de crescimento entre 2002 (3,8% do PIB) e 2015 (4% do PIB), tais despesas se retraíram para 3,7% do PIB, resultando em relativa estabilidade da série histórica. Por sua vez, os governos municipais explicam o crescimento desse componente do gasto do governo geral entre 2002 e 2020. O aumento de 1,25% do PIB, neste caso, é resultado de trajetória ascendente durante quase todo o período, e seu crescimento em 2020, após quatro anos de estabilidade, indica efeito combinado da emergência sanitária da pandemia da covid-19 sobre a demanda por profissionais de saúde com a queda do PIB.

### 3.3 Gastos de pessoal como proporção da receita primária disponível

Por fim, é importante ainda confrontar as despesas com salários com as receitas primárias disponíveis<sup>8</sup> (líquidas de transferências realizadas para outras esferas de governo), pois este indicador é capaz de captar com maior precisão se essas despesas são compatíveis com a capacidade de geração de receitas do Estado, e, conseqüentemente, se de fato pressionam o endividamento público de forma significativa.

TABELA 2

**Despesas com salários como proporção da receita primária disponível, por esfera de governo**

(Em %)

	2002	2006	2010	2014	2018	2020
Governo geral	27,0	26,0	27,5	29,1	29,3	30,7
Governo central	16,3	14,2	15,7	15,1	15,6	18,9
Estados	38,8	37,6	38,7	41,8	40,8	37,3
Municípios	34,7	36,8	38,2	41,2	41,5	39,3

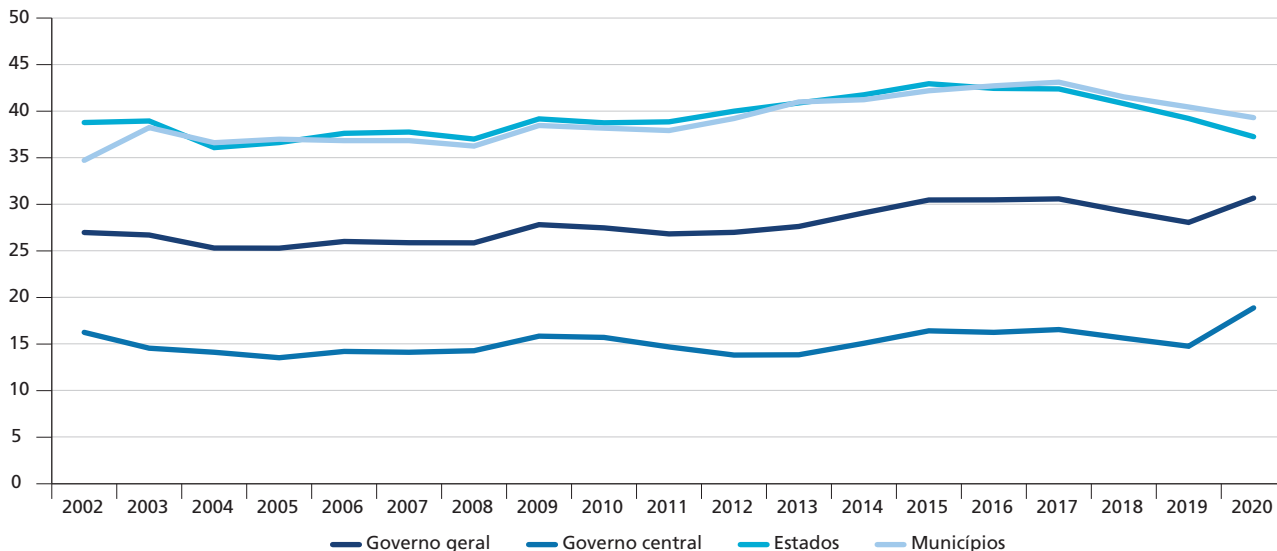
Fontes: Gobetti e Orair (2017) e STN (2021a).

8. Receita primária disponível = receita total – receita de juros – despesas de transferências intergovernamentais – contribuições sociais intraorçamentárias – contribuições sociais imputadas. A opção por excluir estas contribuições se deu para se buscar coerência no indicador, ao retirá-las das despesas e das receitas. Por sua vez, a manutenção das contribuições efetivas na receita primária disponível teve como objetivo garantir a consistência entre os dados encadeados, tendo em vista a dificuldade de obter informações detalhadas para toda a série das receitas. É importante ressaltar que a exclusão destas contribuições efetivas pouco alteraria os resultados aqui apresentados, uma vez que representam parcela reduzida da receita primária disponível (3,3% em média, entre 2010 e 2020) e não modificam a trajetória do indicador.



GRÁFICO 3

Despesas com salários como proporção das receitas primárias disponíveis, por esfera de governo (2002-2020)  
(Em %)



Fontes: Gobetti e Orair (2017), STN (2021a) e IBGE (2022). Disponível em: <<https://bit.ly/3nsOuhG>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Os dados apresentados apontam para uma relativa estabilidade da relação entre despesa com salários e receita primária líquida de transferências no período, no governo geral e nas três esferas de governo. No caso do governo central, fica claro como os períodos de aumento do gasto, em termos reais, ocorreram simultaneamente ao crescimento do PIB e da receita, e, portanto, sem trazer qualquer tipo de risco ao orçamento da União. Por seu turno, a elevação do indicador, em 2020, reflete a redução da receita disponível no primeiro ano da pandemia, resultado da combinação entre o decréscimo da receita primária e o aumento das transferências para estados e municípios.

## 4 CONCLUSÃO

Apesar de muito recorrentes no debate público, argumentos alarmistas de que o gasto com servidores ativos é muito alto, e de que sua trajetória coloca sob risco as finanças públicas e a realização de outras despesas relevantes para a prestação de serviços, carecem de estatísticas consistentes que os corroborem.

Ao utilizar série histórica consistente, com metodologia alinhada às melhores práticas internacionais, e indicador adequado à análise da evolução das despesas com pessoal ativo no governo geral, é possível constatar que os números não evidenciam o cenário alarmista. Quando observada a trajetória dos salários e vencimentos do governo geral entre 2002 e 2020, os dados mostram que houve crescimento real, mas que tal elevação não foi inercial e não apresentou sinais de descontrole que apresentassem risco às finanças públicas. Este aumento absoluto representou acréscimos de menos de 1% em relação ao PIB, e de 3,7% no que concerne à receita primária disponível, modestos para um país com carência de serviços públicos como o Brasil. Vale ressaltar que a crise econômica afetou os denominadores desta razão – o PIB e a arrecadação –, e mesmo assim não causou ascensão explosiva dos indicadores.

Ademais, os dados evidenciam que o aumento observado é explicado integralmente pelos municípios, entes da Federação responsáveis pela prestação direta de serviços como educação e saúde básicas, intensivos em trabalho. Ainda é fundamental destacar que tal crescimento reflete o aumento da contratação de servidores ao longo do período e que, mesmo com esta ascensão dos gastos, os servidores dos governos locais apresentam salários inferiores à média do setor privado.<sup>9</sup> Ou seja, há evidências de que o nível remuneratório do funcionalismo dos entes que responderam pelo aumento do agregado das despesas está longe de representar algo destoante da realidade brasileira.

Portanto, qualquer proposta de redução destes gastos deve estar pautada por discussões detalhadas acerca de quais funções do Estado e quais esferas de governo serão afetadas, e realizada com base em debate amplo e transparente com a sociedade, quantificando-se e qualificando-se, com dados consistentes, quais serviços devem ser atingidos pelas políticas de redução de despesas com o funcionalismo ativo.

9. Ver Costa *et al.* (2020; 2021), Lopez e Guedes (2020) e Ipea (2021). Disponível em: <<https://bit.ly/3y0tST6>>.

## REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro: o que os dados dizem?** Washington: World Bank Group, 2019. (Working Paper, n. 142487).
- COSTA, J. *et al.* Heterogeneidade do diferencial salarial público-privado. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 68, p. 3-17, abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Diferencial salarial público-privado contribui para a desigualdade de renda? **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 72, p. 101-115, out. 2021.
- GOBETTI, S.; ORAIR, R. **Resultado primário e contabilidade criativa: reconstruindo as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo geral.** Brasília: Ipea, abr. 2017. (Texto para Discussão, n. 2288).
- IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Government finance statistics manual 2014.** Washington: IMF, 2014.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise.** Brasília, n. 72, out. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3ubliWE>>.
- KARPOWICZ, I.; SOTO, M. **Rightsizing Brazil’s public-sector wage bill.** Washington: IMF, Oct. 2018. (IMF Working Paper, n. 18/225).
- LOPEZ, F.; GUEDES, E. **Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017).** Brasília: Ipea, ago. 2020. (Texto para Discussão, n. 2579).
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **System of national accounts 2008.** Nações Unidas, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2HMPU1n>>.
- PIRES, M.; ORAIR, R.; GOBETTI, S. Estimativa das despesas públicas para o período 2010-2019. **Observatório de Política Fiscal**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2021.
- STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Estatísticas fiscais do governo federal.** [s. l.]: Tesouro Transparente, 2021a.
- \_\_\_\_\_. **Balanço do Setor Público Nacional.** 2021b. Disponível em: <<https://bit.ly/3zh9Zrn>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2016.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

#### **Editores**

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Daniilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

#### **Capa**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

#### **Projeto Gráfico**

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

